

Ditadura militar, censura e canções “bregas”: experiências sobre o trabalho com fontes nas aulas de História

Military dictatorship, censorship and “cheesy” songs: experiences about working with sources in History classes

Lívia Karolinny Gomes de Queiroz¹
Isaíde Bandeira da Silva²

34

Resumo: O presente artigo insere-se na discussão e reflexão sobre as potencialidades das músicas “bregas” e de documentos oficiais da Censura no processo de compreensão histórica sobre a Ditadura Militar no Brasil. Destacamos que a censura estava ligada a questões de costumes e valores, o que é obsceno, além de algo remetido à moral; e também havia um olhar crítico para ideias consideradas tendenciosas. Tivemos como objetivo principal, perceber e utilizar a música “brega” como um instrumento metodológico para a construção do conhecimento histórico, contribuindo para a reformulação de uma visão crítica sobre o período.

Palavras-chave: Ditadura Militar; Documentos da Censura; Música “Brega”.

Abstract: This article is part of the discussion and reflection on the potential of “brega” music and official documents of Censorship in the process of historical understanding of the Military Dictatorship in Brazil. We emphasize that censorship was linked to questions of customs and values, which is obscene, in addition to something related to morality; and there was also a critical eye for ideas considered biased. Our main objective was to perceive and use “brega” music as a methodological instrument for the construction of historical knowledge, contributing to the reformulation of a critical view of the period.

Keywords: Military dictatorship; Censorship Documents; “Brega” Music.

¹ Mestra em Ensino de História, pelo Programa Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória), pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte/UERN e graduanda em Letras-Espanhol, pela Universidade Federal do Ceará/UFC. livia.queiroz@prof.ce.gov.br

² Doutora em Educação, pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte/UFRN. Professora da Universidade do Estado do Ceará/UECE e do Programa de Pós-graduação em Ensino de História (ProfHistória), pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

Recebido em 22/01/2022

Aprovado em 16/05/2022

Sistema de Avaliação: *Double Blind Review*



INTRODUÇÃO

Pensar e escrever sobre Ditadura Militar no Brasil traz muitos questionamentos e reflexões sobre esse período ‘infeliz’ da nossa História. E as demandas do Tempo Presente requerem sensibilidade do pesquisador, na tentativa de refletir, compreender o período de forma ampla e ter efetividade na contraposição às fake News e negacionismos que ganham cada vez mais espaço no cenário público.

Acreditamos que a função do educador/pesquisador é significar o que chamamos de “conteúdo”, incentivar o questionamento, análise e consciência histórica. Por isso, propomos um trabalho de análise de fontes históricas da Ditadura, especificamente os documentos do Departamento de Censura, como vetos às canções que naquela época eram vistas como uma ameaça ou desobediência ao sistema vigente.

O trabalho com análise dessas canções e fontes oficiais é um excelente instrumento didático, uma forma de ter a “história nas mãos”, além da possibilidade de conhecer os aspectos históricos e sociais do período em debate.

O nosso interesse por pesquisar a Ditadura Militar se deu nos tempos de graduação, ainda em 2010, quando trabalhamos na monografia de final de curso com a proposta de analisar as músicas censuradas na Ditadura que eram abordadas nos livros didáticos de História do Ensino Médio. Do início da pesquisa até aqui, são muitos novos debates, versões, documentos, propostas. Dessa forma, resolvemos continuar essa abordagem, agora com foco nos documentos que mostram os vetos estabelecidos a algumas canções chamadas de “bregas” e como essa análise pode nos ajudar a compreender a sociabilidade na Ditadura Militar.

Além das medidas autoritárias típicas de uma Ditadura, é importante ressaltar que o Ato Institucional nº 5, decretado em 13 de dezembro de 1968, refletiu de forma muito negativa no campo da produção cultural, pois, além de prisões autoritárias de artistas e intelectuais, houve um aumento substancial da censura. O tema sobre censura cultural não estava detalhado no Ato, mas gerou interferências e censuras imediatas, sendo fortalecido pelo Decreto-lei nº 1.077, de janeiro de 1970, que misturou a censura moral com a política, como vemos no Art. 1º: “Não serão toleradas as publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes quaisquer que sejam os meios de comunicação.”

Boa parte dos documentos aos quais tivemos acesso, tratam de canções “bregas” que foram censuradas no contexto da Ditadura Militar por diversas questões relacionadas à moral, bons costumes e, em menor quantidade, a protestos contra a Ditadura. Queremos deixar claro

que o termo “brega” será utilizado como um substantivo e não como adjetivo, pois não compactuamos com a ideia de que o gênero “brega” é desprovido de boa qualidade ou desprovido de importância.

No final dos anos 1970, uma nova tendência surge no Brasil, através de vários cantores com este novo estilo musical denominado brega e/ou cafona. Desde o começo da década de 1980, se utiliza o termo “brega” para designar a música de mau gosto, geralmente produzidas para as camadas populares; surgindo como uma forma pejorativa no que se refere às preferências musicais das classes menos favorecidas economicamente.

Consideramos que há, ainda, poucas pesquisas que se dedicam a estudar esse gênero musical denominado de “brega”, e ainda, analisar a potencialidade dessas canções para uma abordagem sobre Ditadura Militar e ensino de história. Trabalhos como o de Araújo (2003) em sua obra “Eu não sou cachorro, não” são potentes, considero-o um marco na bibliografia musical, e nos serviram de inspiração para o desenvolvimento desta pesquisa. Bem como os documentos, aos quais tivemos acesso no site Censura Musical (www.censuramusical.com)³, que foi um dos primeiros sites a disponibilizar o acesso aos documentos proibidos da censura oficial do Estado, além de entrevistas com compositores e cantores “bregas” que foram censurados pelo regime.

Esse relato de experiência diz respeito a uma oficina ministrada em agosto de 2021 na cidade de Quixadá, com alunos e alunas das turmas de 1ª, 2ª e 3ª séries Ensino Médio. Essa prática fez parte do processo de construção de nossa dissertação de mestrado e foi realizada no formato remoto a partir da ferramenta Google Meet.

Ainda em 2020, durante o boom da pandemia, uma parceria entre a Seduc-Ce (Secretaria da Educação) e o Google permitiu o acesso de estudantes e professores a ferramentas educacionais on-line. Dentre essas ferramentas estão o Google Meet e Google Forms, que foram de fundamental importância para o desenvolvimento das nossas aulas-oficinas.

Salientamos que o nosso objetivo principal é falar sobre possibilidades de aulas e metodologias a partir do uso das fontes citadas acima. Não temos a intenção de narrar o passo a passo das oficinas, mas sim, demonstrar as potencialidades e possibilidades de se trabalhar a Ditadura Militar em sala de aula usando documentos e música “brega”, contribuindo assim, para a construção de novos olhares sobre o período.

³ Atualmente o site não está disponível, porém, os documentos com pareceres de vetos, bem como as cartas e solicitações de cantores e gravadoras pela liberação das composições, podem ser encontrados no Sistema de Informações do Arquivo Nacional.

MORDAÇA: A CENSURA E SEUS DIFERENTES PAPEIS

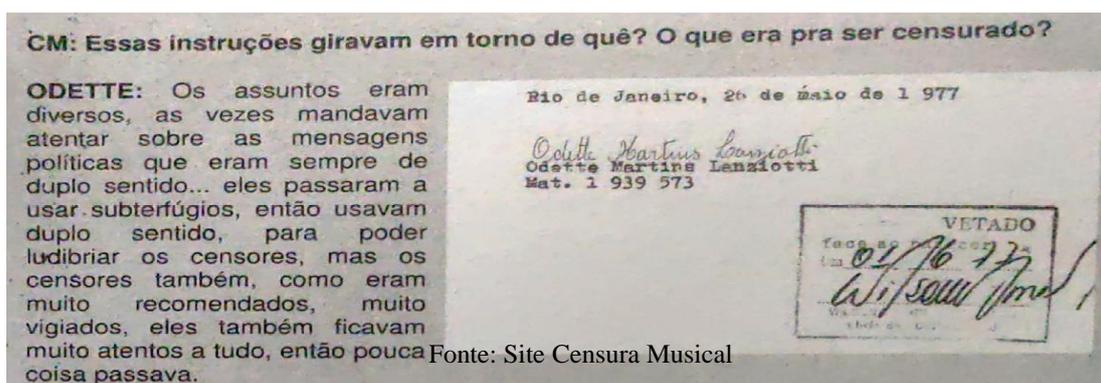
No livro *Mordaça: Histórias de música e censura em tempos autoritários*, os jornalistas Pimentel; McGILL (2021) fazem um interessante levantamento sobre diversos períodos da história do Brasil em que a Censura esteve presente. Desde as interdições sofridas pelos indígenas no período colonial (1500-1822), passando pelo período do Estado Novo (1937-1945) quando Getúlio Vargas criou o DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda, pela implementação do Ato Institucional nº 5 (AI-5), até o final da Ditadura Militar. Um levantamento que mostra que desde sempre existe Censura no Brasil, que isso não foi construído apenas na Ditadura, mas faz parte de um processo.

A obra é muito esclarecedora e traz outros olhares a respeito da Censura no período da Ditadura Militar, mostrando que esta era ampla e tinha outras vertentes para além da censura de canções de protesto. Havia também o que vamos chamar de “censura dentro da censura”. A esse respeito os autores destacam:

Durante a produção de *Mordaça*, os autores tentaram ouvir também o outro lado, o dos censores, que, por sua vez, sofriam grande pressão interna de seus superiores quando exerciam suas atribuições. Porém, os ex-funcionários da DCDP não está mais viva ou se nega a falar sobre o trabalho desempenhado no passado (...) Subordinada ao Departamento de Polícia Federal do Ministério de Justiça, a DCDP era tratada como um dos pilares de sustentação do regime e tinha finalidade expressa de manutenção do governo de exceção, agindo para silenciar tudo o que fosse contrário ao pensamento dos militares e, dessa forma, amordaçar a liberdade de expressão numa época em que novas manifestações culturais. (PIMENTEL; McGILL, 2021, p.19)

Os censores e censoras que trabalhavam no DCDP – Divisão de Censura de Diversões Públicas, cumpriam ordens e seguiam também o que lhes era imposto. Em entrevista ao extinto site “censura musical”⁴, a ex-censora Odette Lanziotte, relatou que as censuras seguiam protocolos e instruções recebidas pelas autoridades emanadas de Brasília, quando questionada sobre as instruções de como a Censura deveria proceder. Selecionamos esse trecho da entrevista:

⁴ Ressaltamos, mais uma vez, que os materiais disponibilizados no extinto site *Censura Musical* fazem parte de uma pesquisa realizada pelos estudantes de Jornalismo André Rocha, Gabriel Pelosi e Lucas Mota, da Universidade Mackenzie de São Paulo, realizaram o trabalho de conclusão da graduação com o tema: “Efeitos da censura na produção musical durante o regime militar. Ainda hoje temos acessos aos materiais, pois salvamos os arquivos em drives e de forma impressa.

Figura 01 – Trecho de entrevista com a ex-censora Odette Lanziotte

A fala de Odette reforça o que salientamos anteriormente sobre as motivações e lógicas implementadas para censurar as produções da época da Ditadura Militar. E reforça a ideia de “censura dentro da censura” quando a entrevistada relata que os censores “eram muito vigiados”. A ideia era analisar a letra das canções com a missão de achar algo para ser censurado, pois também havia o temor de deixar passar conteúdos “indevidos”.

Outro relato, disponibilizado no livro *Mordaca*, de Pimentel e McGILL (2021) mostra a espécie de neura instalada nos órgãos de Censura na época da Ditadura Militar no Brasil. João Carlos Muller, o advogado da produtora Philips-PolyGram, em entrevista para os autores citados, relata um diálogo com um coronel e diz que “o clima estava pesado na sala do coronel” e completa narrando as falas ocorridas em 1969:

Meu amigo, você já ouviu falar em subliminar? – perguntou o militar.
 Sim, eu sei o que é, coronel – respondeu o advogado.
 Pois é... Você pode me apresentar uma letra que diga “Hoje eu quero que uma rosa etc”. E você liberaria essa letra, não é? Eu liberaria...
 Claro, coronel.
 Agora, e se o sujeito, na gravação, cantar essa mesma letra assim: “Hoche eu quero uma rosa...”
 Che Guevara, meu amigo! É subliminar! HoChe... Che Guevara... (PIMENTEL; McGILL, 2021, p.25)

A partir do relato do advogado João Carlos Muller, a narrativa de caça “a ameaça comunista”, discurso bastante proferido no Brasil ditatorial. E é interessante observar que essa falsa narrativa ainda se faz presente nos tempos atuais, ganhando destaque em produções

negacionistas e/ou revisionistas ideológicas como o Guia Politicamente Incorreto de Leandro Narloch (2009) ou as táticas do Brasil Paralelo, que através de análises frágeis e superficiais, “linguagem de youtuber”, voltada a um público de massa, vem alcançando números surpreendentes desde a sua oficialização em 2016, quando foi criada por estudantes de Porto Alegre. Em reportagem do jornal Folha de S. Paulo⁵ em 2021, o jornalista Fábio Zanini mostra que o faturamento da empresa aumentou cerca de 335% em 2020.

Infelizmente, há muito achismo no mercado editorial destinado à história para além dos muros acadêmicos. Em termos conceituais, é dever do historiador fazer revisionismo histórico; olhar para trás, a partir de novas fontes a que tenha acesso, e colocar o seu objeto de estudo em perspectiva, criando uma relação de diálogo com estudiosas do tema, sejam do presente sejam do passado. Se há uma verdade histórica, ela está sempre em revisão, através de novas descobertas documentais ou de reinterpretação e ressignificação dos eventos postos.

Porém, não se pode negar fatos! Há uma parte do revisionismo histórico que choca diretamente com o conceito de verdade histórica. Há pessoas que negam, por exemplo, que houve o holocausto e ditaduras militares na América do Sul a partir dos anos 1960. Esse tipo de revisionismo tem um tom polêmico, é saturado de teorias da conspiração e possui uma alta carga de teor ideológico. Baseia-se no fato de que a história seria uma ciência opinativa, que dependeria apenas de quem a faz. Ou seja, algo só é verdade histórica para um determinado sujeito. Esse tipo de estratégia nos revela uma distorção do conhecimento do passado e é totalmente anticientífica.

A esse respeito, Napolitano (2021) ressalta que:

Esse tipo de estratégia de argumentação nos revela uma dupla distorção no conhecimento do passado, quase sempre mobilizada como parte das lutas políticas do presente. Esse aspecto é inevitável, e faz parte das interações complexas entre memória, identidades sociopolíticas e conhecimento histórico. (NAPOLITANO, 2021, p.86)

Outra parte do revisionismo que se choca com o conceito de verdade histórica, estes agem a partir da coleta de fontes majoritariamente não confiáveis, sem a análise crítica devida, apresentando visões que mais lhes convêm para defender outras “versões” e até criar “ficções” da história. Marcos Napolitano (2021) chama isso de *revisionismo ideológico*, no qual se utilizam de “distorção e apropriação seletiva dos fatos igualmente comprovados, sem a devida

⁵ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/05/produtora-brasil-paralelo-vive-crescimento-meteorico-e-quer-ser-netflix-da-direita.shtml>. Acesso em 28 de janeiro de 2022.

complementação de informações, para reforçar a tese negacionista.” (NAPOLITANO, 2021, p. 86 e 87)

É importante salientar que narrativas negacionistas e revisionistas ideológicas estão presente no Brasil e no mundo há muito tempo, nossa intenção não é defender que o negacionismo surge a partir da imagem de Bolsonaro, mas evidenciar que durante o seu governo esses tipos de pensamentos ganham cada vez mais espaço, promovendo uma crescente desinformação na sociedade brasileira.

Em 2019, em seu Instagram e Twitter, o deputado estadual Eduardo Bolsonaro, divulgou o trailer do filme 1964, o Brasil entre armas e livros, com a seguinte mensagem: "estreia nos cinemas dia 31 de março falando verdades nunca antes contadas - muito menos pelo seu professor de história!"

O trailer da produtora Brasil Paralelo, na apresentação do documentário sobre 1964 há o questionamento: “Ditadura, Regime Militar ou Revolução?” Além de muitas outras questões como o papel “doutrinador” das escolas e universidades, propagam a ideia do “Milagre Econômico”, entre outras narrativas.

Pensamos que para romper com essas falsas narrativas propagadas no cenário atual, é de suma importância o trabalho com fontes e essas discussões em sala de aula, a fim de construir uma consciência histórica.

O DEBATE SOBRE A DITADURA E A UTILIZAÇÃO DE FONTES HISTÓRICAS NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

Vimos que não são poucas as narrativas que tentam desacreditar pesquisas e o papel do historiador e/ou professor de história. Não foram poucas as vezes que nos vimos no “olho do furacão” em sala de aula, pois essa guerra de narrativas desleais sobre a história está presente no cotidiano de nossos estudantes.

E está presente também em diversos campos e cenários, um deles são as redes sociais – como já citamos anteriormente - a internet é ambiente de diversas discussões a esse respeito, e não podemos negar que esses debates e discursos estão presentes também nas salas de aulas, afinal de contas, esses materiais, fazem parte do universo dos estudantes. Percebemos isso, a partir de nossas práticas docentes. “Professora, o nazismo é de esquerda?”, “1964 foi um golpe ou revolução?”, “É verdade que na ditadura, pouquíssimas pessoas morreram?”, são perguntas cada vez mais frequentes, e algumas vezes surgem até em forma de afirmações.

Por isso, resolvemos trabalhar com fontes e comprovações da Censura no contexto da ditadura, analisar como a mesma se fazia presente naquele contexto e construir novos conhecimentos com alunos e alunas do Ensino Médio.

As aulas aconteceram no mês de agosto de 2021, tendo duas horas semanais. Durante o processo, a análise das fontes foi feita a partir da plataforma Google Meet e as atividades no Google Forms. Selecionamos algumas composições “bregas” que foram censuradas por diversos motivos.

Dentre as músicas trabalhadas, destacamos “Meu Pequeno Amigo” (1973) de Fernando Mendes. Luiz Fernando Mendes Ferreira, nascido em Conselheiro Pena, Minas Gerais, em 1952 é um cantor e compositor brasileiro conhecido por suas músicas dramáticas. De família humilde, sempre demonstrou interesse em seguir uma carreira artística.

A relação de Fernando Mendes com a censura se deu a partir da composição “Meu pequeno amigo (1973). Vejamos a letra na íntegra:

Tão de repente
O amor se transformou
No coração dos homens maus
Já se acabou
E sem querer
Você se foi
E hoje choram por você
Na mesma rua que você brincou
Já não existe mais aquele Sol
A mesma paz
Não adianta procurar
Quem viu não vai falar
E o sonho terminou
Digam pra mim
Digam pra mim onde está
E o que foi que fizeram
Com o meu pequeno amigo
O seu sorriso
Tão lindo se apagou
Naquela rua
Você não brinca mais
Até as flores
Do jardim entristeceram
Sentiram sua falta, morreram
(FERNANDO MENDES, 1973)

Na letra da música, o autor aborda um acontecimento que até hoje não teve solução. O sequestro do garoto Carlos Ramires da Costa, o Carlinhos, ocorrido na noite de 2 de agosto de 1973, no Rio de Janeiro.

De acordo com relatos de familiares, o garoto, na época com 10 anos de idade, estava em casa ao lado da mãe, quando foi levado sob a mira de um revólver. Houve a tentativa de

efetivar o pagamento de resgate, mas o sequestrador não deu mais notícias e até hoje o caso segue sem solução.

Quando Fernando Mendes canta “Diga pra mim onde está e o que foi que fizeram com o meu pequeno amigo”, está fazendo uma alusão a esse caso que chocou a sociedade. Porém, como naquele contexto, “os desaparecimentos políticos” era algo presente na sociedade ditatorial, a composição incomodou à Censura.

Sobre essa composição, Araújo (2003) ressalta:

Apresentada ao Departamento de Censura no início de 1974 - quando o caso policial ainda ocupava grande espaço na mídia - , a composição foi liberada com a recomendação de que se colocasse no subtítulo entre parêntese a informação “Tributo a Carlinhos”. Entretanto, no momento em que a gravação começava a tocar nas emissoras de rádio, veio a ordem de sua proibição. (ARAÚJO, 2003, p.47)

Mesmo com a imposição de mudança no título, no corpo da composição o nome de Carlinhos não aparece. O que de acordo com o pensamento ditatorial, poderia dar vazão a outras interpretações acerca dos “desaparecimentos” da época.

Outra composição trabalhada na oficina foi “Meu caro amigo Chico” (1977), de Luiz Ayrão. Esta foi composta em resposta a uma canção de Chico Buarque, que expressava tristeza pela situação do país e a segunda aborda uma situação de insatisfação: “Treze anos que eu te aturo e não aguento mais, não há cristo que suporte e eu não aguento mais.”. Em 1977 o golpe completava 13 anos, e a composição foi feita para protestar contra o sistema vigente.

Nascido no Rio de Janeiro, em 1942, a trajetória de Luiz Ayrão segue o caminho inverso dos compositores citados acima. Se formou em Direito e tornou-se Advogado e Procurador no Rio de Janeiro; mas não deixou de lado a veia artística. Em 1963 teve a primeira composição gravada, a música “Só por amor” foi gravada por Roberto Carlos, além de “Nossa canção”, gravada em 1966, primeiro sucesso romântico de Roberto Carlos, impulsionando a sua carreira.

Outra questão a ser ressaltada é a insatisfação de Ayrão em fazer parte do livro “Eu não sou cachorro, não”, de Paulo César de Araújo e ver a sua imagem sendo comparada ao gênero “brega”.

Em entrevista ao canal “[A música de] História Pública da Música no Brasil”, que estreou em 30 de dezembro de 2020 no Youtube, Luiz Ayrão rechaça qualquer assimilação de suas composições com o gênero brega. Dizendo que “um cara” com sua escolaridade não pode ser comparado a compositores que fazem músicas “simples”. Foi ainda mais veemente ao

caracterizar a música “brega” como baixo nível e péssima qualidade; “música mal feita com intuito de vender”, mostrando uma visão pejorativa acerca desse gênero musical.

Para compreendermos a história em volta da censura à “Amigo Chico”, é importante observar alguns trechos da composição de Chico Buarque:

Meu caro amigo, eu quis até telefonar
Mas a tarifa não tem graça
Eu ando aflito pra fazer você ficar
A par de tudo que se passa
Aqui na terra tão jogando futebol
Tem muito samba, muito choro e rock'n'roll
Uns dias chove, noutros dias bate o sol
Mas o que eu quero é lhe dizer que a coisa aqui tá preta

Muita careta pra engolir a transação
Que a gente tá engolindo cada sapo no caminho
E a gente vai se amando que, também, sem um carinho
Ninguém segura esse rojão.
Meu caro amigo, eu bem queria lhe escrever
Mas o correio andou arisco
Se me permitem, vou tentar lhe remeter
Notícias frescas nesse disco
Aqui na terra tão jogando futebol
Tem muito samba, muito choro e rock'n'roll
Uns dias chove, noutros dias bate o sol
Mas o que eu quero é lhe dizer que a coisa aqui tá preta
A Marieta manda um beijo para os seus
Um beijo na família, na Cecília e nas crianças
O Francis aproveita pra também mandar lembranças
A todo o pessoal
Adeus!
(CHICO BUARQUE, 1976)

A composição de Chico é uma mensagem para o amigo Augusto Boal que estava exilado em Portugal. O autor fala da situação complicada no Brasil, das dificuldades, perseguições; mas passou despercebida pelos “olhos” da Censura.

Em resposta à “carta”⁶ de Chico Buarque – Meu caro amigo (1976), Luiz Ayrão gravou, em 1977, a música “Amigo Chico”. Nessa composição há uma crítica explícita à difícil situação vivenciada no Brasil, quando afirma que “a coisa aí anda tão preta”, outro trecho que podemos destacar é quando o compositor cita o futebol, que era utilizado como forma de propaganda ufanista nos governos ditatoriais. Vejamos a letra na íntegra:

Amigo Chico, recebi a sua carta

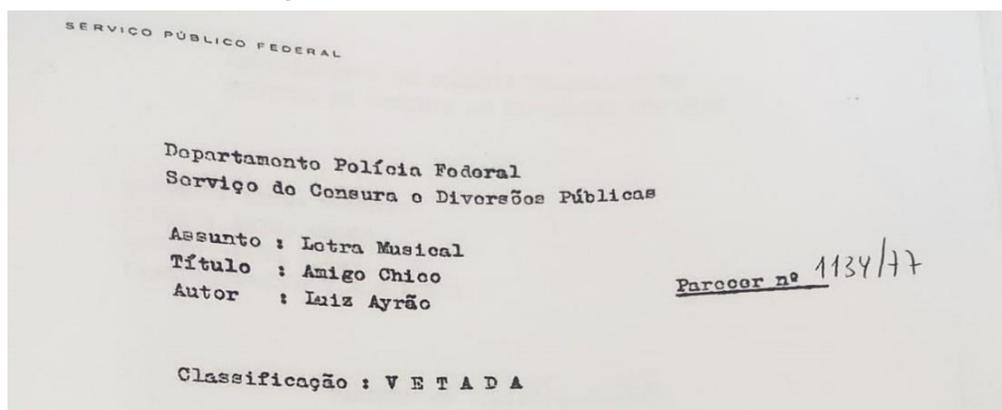
⁶ Augusto Boal, teatrólogo brasileiro, após ser acusado de ser o portador de uma carta cubana, cujo conteúdo estava relacionado a armamentos e que teria sido entregue por Boal ao líder de uma organização comunista no Brasil, foi preso e torturado. Tendo sido exilado na Argentina, em 1971 e em Portugal, em 1976. No período de exílio em Portugal, Boal relatava o quanto sentia saudades dos momentos com os amigos e de receber notícias sobre o Brasil. É nesse contexto que Chico Buarque compõe “Meu caro amigo” (1976).

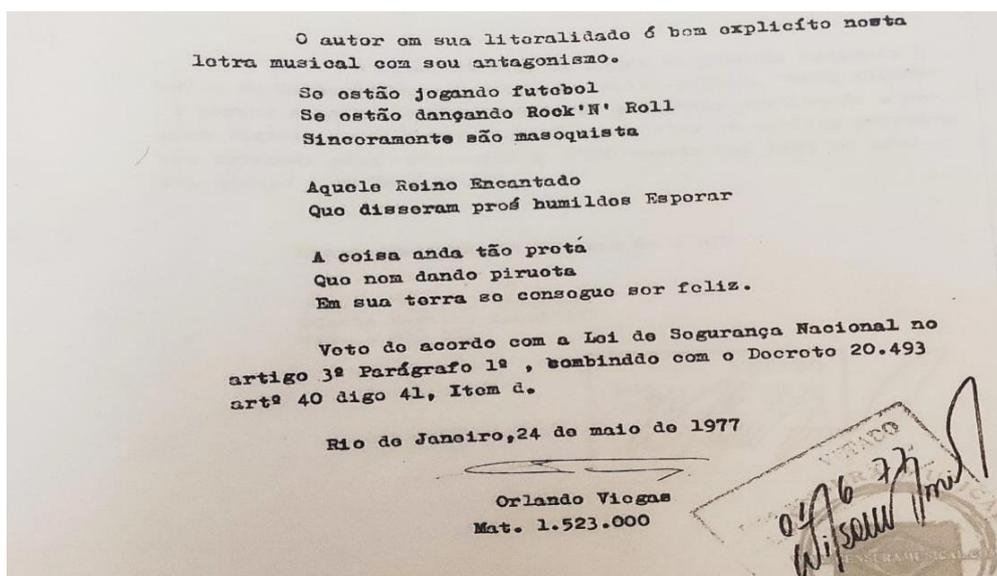
E talvez eu já não parta
 Como estava planejando
 Você me diz que a coisa aí tá preta
 E na pá e na picareta a gente acaba segurando
 Tava querendo regressar ainda este ano
 Mas você mudou meu plano
 Lhe agradeço pela pista
 Se estão jogando futebol
 Se estão dançando rock'n roll
 Sinceramente, sua gente é masoquista
 Por outro lado
 Tô cansado de dar duro
 E queria no futuro humildemente descansar
 E esperando bem sentado
 Aquele reino encantado
 Que disseram pra eu humilde esperar
 Mas ser humilde hoje em dia é careta
 O negócio é mutreta
 E pelo que você me diz
 A coisa aí anda tão preta
 Que nem dando pirueta
 Em seu planeta
 Se consegue ser feliz
 (LUIZ AYRÃO, 1977)

Em resposta, a letra de Ayrão relata que o momento é extremamente complicado devido a infelicidade e dificuldades vivenciadas, não cita o Brasil, mas no trecho “nem dando pirueta em seu “planeta” se consegue ser feliz”.

Vejamos dois documentos com os pareceres dos censores e veto à composição de Luiz Ayrão:

Figura 02 – Parecer nº 1134/77 (DCDP) – 24/05/1977





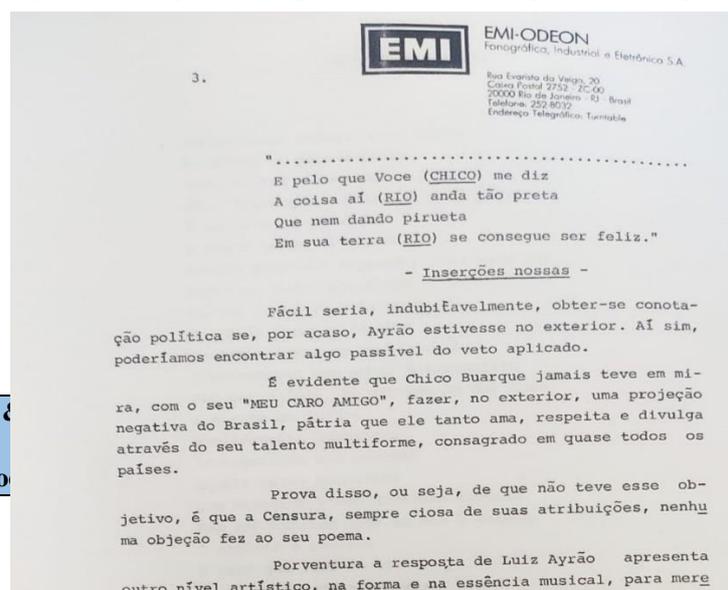
Fonte: Site Censura Musical

O parecer assinado por Orlando Viegas cita trechos específicos da composição e justifica dizendo que o autor demonstra explícito antagonismo. Anteriormente falamos de composições que foram censuradas por questões morais, religiosas ou que estavam em desacordo com a tal falada “ordem” e “bons costumes”. No caso dessa e de outras composições de Ayrão, o protesto estava explícito na letra, mas com estratégias adotadas junto aos advogados das gravadoras, foi possível conseguir a liberação da composição.

Após a documentação protocolada pelo Departamento de Censura, a gravadora EMI-ODEON fez intercessões em prol da liberação da composição se utilizando de algumas justificativas, dentre elas a defesa de que a música só teria conotação política se Ayrão estivesse no exterior e também o argumento de que a composição de Chico não havia sido censurada. Sendo assim, de acordo com o argumento dos advogados, não faria sentido censurar Luiz Ayrão.

Vejamos o trecho citado da carta:

Figura 03– Requerimento para liberação da composição “Amigo Chico”



Fonte: Site Censura Musical

Apesar de censurada em um momento inicial, cerca de três meses depois, a composição foi liberada, após interpelação entre o compositor, a gravadora e o Departamento de Censura, sendo liberada no dia 14 de julho de 1977.

A análise dessas composições nos mostra que há muitos debates e questionamentos a serem explorados relacionados à Censura, especificamente quando falamos sobre o gênero “brega”. Mesmo que a maioria das censuras tenham ocorrido por motivos que não tinham ligação com cunho político, a partir da análise dessas composições e motivações da aplicação de Censura, podemos refletir sobre características da sociedade, ação dos órgãos militares, posicionamento dos compositores, etc.

Por isso, acreditamos que as composições “bregas” e os documentos oficiais da Censura são instrumentos potentes para o processo de compreensão histórica a respeito da Ditadura Militar no Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa experiência nos proporcionou momentos de muito aprendizado e “novas descobertas” a respeito da Censura e da Ditadura Militar no Brasil. A abordagem da música “brega” e análise das fontes serviram como excelentes recursos na construção do conhecimento histórico.

Ainda sobre o gênero “brega”, as fontes nos revelam que artistas pouco conhecidos pelos jovens na atualidade, também passaram pelo processo da Censura e são extremamente relevantes para a análise do período ditatorial no Brasil.

Ampliamos também a noção sobre a Censura, entendendo que esses compositores chamados de “brega” falavam sobre situações cotidianas e tocavam de forma corajosa, em assuntos tabus para aquela época. A música brega fez parte dessa resistência, não no campo político, mas no campo comportamental.

O trabalho com as fontes nos trouxe a sensação de “tocar a história” e analisar diversas situações, relacionadas à Censura dos compositores aqui citados. Assim, esperamos contribuir com o processo de construção de conhecimentos históricos sobre a Ditadura Militar e ampliar o debate sobre como esse tema tem sido abordado no presente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Paulo Cesar. **Eu não sou cachorro, não**. Rio de Janeiro: Record, 2003. 4ª edição, p.458.

NARLOCH, Leandro. **Guia Politicamente Incorreto da História do Brasil**. São Paulo, Leya, 2011, 2ª edição.

NAPOLITANO, Marcos. Negacionismo e Revisionismo Histórico no século XXI. In: **Novos Combates pela História: Desafios Ensino**. São Paulo, Contexto, 2021.

PIMENTAL, João; MCGILL, ZÉ. **Mordaça: História de músicas e censura em tempos autoritários**. Rio de Janeiro, Sonora Editora, 2021.

ZANINI, Fábio. Produtora Brasil Paralelo vive crescimento meteórico e quer ser 'Netflix da direita'. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 29 mai. 2021. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/05/produtora-brasil-paralelo-vive-crescimento-meteorico-e-quer-ser-netflix-da-direita.shtml>>. Acesso em: 01, jun.2021.

Canções citadas

AYRÃO, Luiz. Amigo Chico. In: **Luiz Ayrão**. Rio de Janeiro: EMI-Odeon Brasil, 1977.

BUARQUE, Chico. Meu caro amigo. In: **Meus caros amigos**. Rio de Janeiro: Philips Records. 1976

MENDES, Fernando; MENDES, Mara. Meu pequeno amigo. In: **Fernando Mendes**. Rio de Janeiro: Odeon P. 1974.

